

Negociar todos os juros vencidos

31 DEZ 1987

por Paulo Sotero
de Nova York

GAZETA MERCANTIL

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, fez ontem, em Nova York, uma apresentação aos membros do comitê de bancos credores do Brasil sobre os mecanismos de conversão de dívida em investimentos e/ou títulos de longo prazo. Hoje, Milliet e o negociador designado da dívida, Fernão Bracher, devem apresentar aos banqueiros uma proposta formal de renegociação da dívida, nos termos gerais da que já foi comunicada aos credores no dia 25 de setembro passado.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que está em Nova York oficialmente para fazer uma palestra, hoje, para empresários membros do Council of the Americas, tinha alguns contatos previstos com presidentes de grandes bancos.

Embora tenha concordado com um empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões dos bancos, destinado a cobrir parte dos juros vencidos de 1987, o governo brasileiro já sinalizou sua intenção de, nas negociações que agora começam, insistir num refinanciamento total da conta de juros vencidos entre 20 de fevereiro e 31 de dezembro de 1987, no valor de US\$ 4,3 bilhões.

Essa reivindicação brasileira dificilmente será atendida — disseram ontem a este jornal fontes financeiras bem situadas. E ela poderá, também, complicar a venda do empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, que deverá estar montado até a semana que vem, de acordo com o que prevê o acordo prévio que o Brasil fez com os credores no início do mês passado para suspender a moratória.

Os representantes brasileiros e dos bancos aproveitaram a reunião de ontem para repassar o "status" do empréstimo de US\$ 3 bilhões. Segundo fontes bem situadas, pouco mais de cinquenta bancos, representando um total equivalente a cerca de 60% dos US\$ 3 bilhões, já confirmaram a sua participação. Até ontem, os bancos japoneses não haviam comunicado sua adesão. A entrada dos japoneses fechará o crédito de curto prazo, que tem seu primeiro desembolso previsto para meados do mês.

Banqueiros ouvidos por este jornal disseram que as negociações de um acordo mais amplo, a ser concluído até janeiro, deverá esbarrar na fragilidade do modelo de simulação da economia montado pelo governo brasileiro.